

## O "ESTRANHO CASAMENTO" ENTRE ULTRANEOLIBERALISMO E ULTRACONSERVADORISMO E OS ATAQUES À UNIVERSIDADE PÚBLICA<sup>1</sup>

Inny Accioly<sup>2</sup>  
Luciane da Silva Nascimento<sup>3</sup>  
Kleyton Vieira Sales da Costa<sup>4</sup>

### Resumo

O artigo analisa os sentidos da associação entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo e seus impactos nas universidades públicas. São analisados a agenda de desmonte e refuncionalização das universidades, relacionando-a às contrarreformas ultraneoliberais, e o uso da retórica do ódio e da guerra cultural para a desmoralização dos servidores e desacreditação das instituições científicas. Conclui-se que a associação com o ultraconservadorismo é estratégica para liberar os entraves institucionais para a implementação da agenda ultraneoliberal.

**Palavras-chave:** Universidade Pública; Ultraneoliberalismo; Ultraconservadorismo.

## EL "EXTRAÑO MATRIMONIO" ENTRE EL ULTRANEOLIBERALISMO Y EL ULTRACONSERVADURISMO Y LOS ATAQUES A LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

### Resumen

El artículo analiza el significado de la asociación entre ultraneoliberalismo y ultraconservadurismo y sus impactos en las universidades públicas. Analiza la agenda de desmantelamiento y refuncionalización de las universidades, relacionándola con las contrarreformas ultraneoliberales, y el uso de la retórica del odio y la guerra cultural para la desmoralización de los funcionarios y el descrédito de las instituciones científicas. Se concluye que la asociación con el ultraconservadurismo es estratégica para liberar los obstáculos institucionales para la implementación de la agenda ultraneoliberal.

**Palabras clave:** Universidad Pública; Ultraneoliberalismo; Ultraconservadurismo.

## THE "STRANGE MARRIAGE" BETWEEN ULTRANEOLIBERALISM AND ULTRACONSERVATISM AND THE ATTACKS ON PUBLIC UNIVERSITIES

### Abstract

The article analyzes the significance of the association between ultraneoliberalism and ultraconservatism and its impacts on public universities. It analyzes the agenda of dismantling and refuncionalization of universities, relating it to ultraneoliberal counter-reforms, and the use of hate rhetoric and cultural warfare for the demoralization of civil servants and the discrediting of scientific institutions. It is concluded that the association with ultraconservatism is strategic to release institutional obstacles for the implementation of the ultraneoliberal agenda.

**Keyword:** Public University; Ultraneoliberalism; Ultraconservatism.

<sup>1</sup>Artigo recebido em 09/03/2022. Primeira Avaliação em 01/05/2022. Segunda Avaliação em 30/04/2022. Aprovado em 27/05/2022. Publicado em 21/07/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53425>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF), E-mail: [innyaccioly@hotmail.com](mailto:innyaccioly@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7726-4536>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7319745034492288>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [luciane.estrela@gmail.com](mailto:luciane.estrela@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5809-5597>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0950951467818362>.

<sup>4</sup> Graduado em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Pesquisador dos grupos Economia e Conjuntura do Sistema Financeiro/UFRRJ e do Observatório do Banco Central/UFRJ. E-mail: [kleyton.vsc@gmail.com](mailto:kleyton.vsc@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5256-1203>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0378007654407801>.

## Introdução<sup>5</sup>

Ao longo da última década, a agenda de desmonte das universidades públicas brasileira vem sendo acrescida progressivamente de elementos de conteúdo moral que, para além de justificar a destruição do seu caráter público e o escoamento de recursos para o setor financeiro e as corporações do ensino superior, incitam a vigilância sobre o conteúdo das pesquisas e atividades acadêmicas, perseguições a pesquisadores e estudantes e o cerceamento da autonomia didático-científica e administrativa previstas na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Os discursos em ataque às universidades públicas que propagavam a falácia de que “o investimento público nas universidades seria ineficiente pois a maioria dos estudantes seria de famílias ricas que teriam condições de pagar pelos estudos” (WORLD BANK, 2017) foram somados a declarações caluniosas por parte de um Ministro da Educação que afirmou que determinadas universidades “ao invés de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiveram fazendo balbúrdia”<sup>6</sup> e que “há plantações de maconha nas universidades e que laboratórios de química das instituições são usados para a produção de drogas sintéticas”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Seguindo as normas da revista Trabalho Necessário, que só permite a presença de três autores para a publicação do artigo, declaramos que precisamos omitir na autoria deste artigo a importante contribuição do autor André de Melo Modenesi, Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, Pesquisador do CNPq e da FAPERJ, Coordenador do Observatório do Banco Central/UFRJ.

<sup>6</sup> Em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo em abril de 2019, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, comentou o corte de verbas na UFF, UFBA e UNB: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”. Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-corta-verba-de-tres-universidades-federais-mas-nao-explica-motivo.ghtml>

<sup>7</sup> O ministro da Educação, Abraham Weintraub, em reunião convocada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (ocorrida em 11 de dezembro de 2019) para dar explicações sobre declarações feitas à imprensa, afirmou que “há plantações de maconha nas universidades e que laboratórios de química das instituições são usados para a produção de drogas sintéticas. Ele exibiu matérias jornalísticas colhidas na internet, as quais, para ele, seriam a prova das declarações”. (Agência Câmara de Notícias, 11 de dezembro de 2019). Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/625418-ministro-da-educacao-reafirma-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/>

Em 2021, Abraham Weintraub foi condenado a pagar 40 mil reais por danos morais coletivos a professores. A ação foi movida pelo Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/weintraub-e-condenado-por-ofender-professores-ao-dizer-que-universidades-fabricam-drogas/>.

Ao contrário do que é propagado pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 2017), 70% dos estudantes das universidades federais brasileiras possuem renda familiar per capita de até 1,5 salários-mínimos. Dentre estes, 26% vivem em famílias com renda per capita de até 0,5 salário-mínimo. Do total de estudantes das instituições federais de ensino superior, 51% são os primeiros da família a cursarem uma universidade (ANDIFES; FONAPRACE, 2019). Além disso, os investimentos seguem sendo insuficientes, uma vez que apenas 21% da população com idade entre 24 a 34 anos completou o ensino superior. A média é extremamente baixa em comparação a países vizinhos como Colômbia (30%), Chile (34%) e Argentina (40%) (INEP, 2020).

O objetivo deste artigo é analisar a agenda de desmonte das universidades públicas brasileiras, destrinchando as medidas de desinvestimento e a sua conjugação com os ataques de conteúdo moral, empreendidos pelas frentes ultraconservadora e ultraneoliberal.

A investigação seguiu o método do materialismo histórico-dialético, buscando elucidar as múltiplas contradições que permeiam o tempo presente (em seu caráter histórico) e, particularmente, a produção de conhecimento no Brasil nas universidades públicas.

O texto está estruturado em quatro seções. Na primeira, são analisados os sentidos da associação entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo. Na segunda, são analisadas as medidas de desinvestimento e seus impactos na carreira docente. Na terceira, é feita uma análise empírica, com base no *Google Trends*, dos termos mais usados pela frente ultraconservadora na desqualificação das universidades. Na quarta, é analisado o ultraconservadorismo e as estratégias da “guerra cultural” (LEHER, 2021b) direcionadas contra as universidades públicas.

Conclui-se que a atuação conjugada das frentes ultraneoliberal e ultraconservadora tencionam o caráter público, laico e a autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal, impactando profundamente a produção de conhecimento em solo nacional, impossibilitando o avanço de determinadas agendas de pesquisa e a consolidação de princípios democráticos e dos direitos humanos.

## “O estranho casamento”

Ao analisar o contexto brasileiro frente à pandemia da COVID-19, Fontes (2020) expressa que estamos diante de “um estranho casamento não monogâmico” entre grupos fascistas, militares saudosos da ditadura empresarial-militar, teologias da prosperidade e empresários da religião, ultraneoliberalismo amoral e pragmático e conservadorismos de cepas diversas.

É possível notar que neste “casamento”, ou seja, na associação entre neoliberalismo e conservadorismo, ambos ganham vigor no propósito da defesa dos interesses do capital (SIERRA et al, 2020).

Conforme é ressaltado por Fontes (2020), o pensamento liberal contém muitas nuances, inúmeras tendências e autores. Contudo, sendo uma filosofia e uma prática política gestada na defesa do capitalismo, tem como característica central a “adesividade proteiforme” (FONTES, 2020) aos variados momentos da expansão capitalista, renovando argumentos e estratégias coercitivas que pretendem justificar e perpetuar a separação entre o produtor (o trabalhador) e o resultado do seu trabalho, em um complexo processo que Marx (2008) descreveu como alienação do trabalho:

Os desdobramentos do ordoliberalismo, do neoliberalismo, do ultraliberalismo e, agora, do ultraneoliberalismo desvelam sua face mais óbvia – trata-se unicamente de defender a propriedade do capital, e sua pressa feroz em extrair mais-valor, pisoteando sobre as massas trabalhadoras (FONTES, 2020, p.12).

Na ânsia de ampliar a extração de mais-valor, “o neo, o pós-neo e agora o ultraneoliberalismo, todos, sem exceção, reforçaram os instrumentos de blindagem, a propaganda e as instâncias coercitivas do Estado de maneira a bloquear qualquer opção proveniente dos setores populares” (FONTES, 2020, p.13). Nesta “ânsia”, ampliam a capacidade de articulação com setores outrora considerados como adversários, a saber, as religiões, os autocratas e até mesmo os fascistas (ibid.).

Harvey (2018) ressalta que um dos grandes impactos da crise de 2008 foi a perda de legitimidade do neoliberalismo, cuja saída foi se tornar mais autoritário. Portanto, o autor defende que existe uma linha direta entre a crise do subprime de 2008 e a volta dos regimes autoritários. “A crise tem objetivo de disciplinar a população para algum tipo de regime de austeridade. O dinheiro grande gosta de crise. No mundo todo, durante crises, os ricos ficam mais ricos” (HARVEY, 2018).

No “casamento” entre ultraneoliberalismo e o conservadorismo (ou ultraconservadorismo), este último se mostra mais eficaz na condução das medidas anti-populares, em razão do próprio modo como emprega a sua ideologia (SIERRA et al, 2020). Utilizando a moral cristã, manipulando as insatisfações gestadas pela omissão do estado em prover políticas sociais e fomentando o pânico moral, a ala ultraconservadora consegue alcançar as massas (incluindo grande parte da classe trabalhadora) e incitar o ódio às esquerdas e às minorias, consideradas culpadas pela crise que é tida primeiramente como sendo uma crise moral da sociedade.

Os servidores públicos se tornaram alvo de ataques por supostamente comporem uma classe de privilegiados que colocariam em colapso o orçamento público e, dentre essa classe de privilegiados, os professores (da educação básica e do ensino superior) passaram a ser duplamente atacados com acusações de que doutrinarium os estudantes por meio de uma suposta “ideologia de gênero”, “marxismo cultural”, “gramscismo”, “ditadura gayzista” e outras invenções<sup>8</sup>.

Adicionalmente, foram instituídas emendas constitucionais e dispositivos legais visando a redução e congelamento de salários, privatizações, flexibilização das regulações trabalhistas, aumento da idade para aposentadoria, demissões, cortes de recursos para políticas sociais, enfim, a desconstrução dos direitos sociais conquistados na Constituição brasileira de 1988.

É preciso ressaltar que é falaciosa a afirmação de que o colapso do orçamento público decorreria dos gastos com pagamento dos servidores. Conforme aponta Leher (2021a, p.18):

O percentual de trabalhadores que atua no setor público como percentual da população está abaixo da média existente na OCDE: 9,6%, Brasil: 5,6%. [...] Os gastos com pessoal ativo e aposentado da União, embora apresentados como explosivos, vem caindo nas duas últimas décadas, passando de 4,9% do PIB em 2002 para 4,1% do PIB em 2016.

---

<sup>8</sup> Estes são termos cunhados por figuras políticas da extrema direita e seus “gurus”, empresários conservadores e militares. No artigo “Gramscismo: uma ideologia da extrema direita”, publicado no Blog da Boitempo em 8 de maio de 2019, Lincoln Secco aponta algumas destas figuras. Artigo disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-da-extrema-direita/>. As acusações de doutrinação e perseguições – o que Penna chama de “ódio ao professor” (PENNA, 2015) – se espalharam nacionalmente a partir de ações de grupos como o Movimento Escola Sem Partido. Para análise aprofundada deste “movimento”, ver Colombo (2018).

Ao analisar a série histórica das greves ocorridas no Brasil entre 1983 e 2018, Accioly e Lamosa (2021) verificaram que a partir dos anos 2000, as paralisações realizadas pelos trabalhadores do setor público acumularam maior número de horas em relação às greves dos trabalhadores do setor privado. Entre os servidores, é notável o poder de mobilização da categoria docente nos protestos de rua, especialmente em reação ao desmonte dos direitos sociais, como é observado na Emenda Constitucional 95 (sancionada em 2016), na reforma trabalhista (2017) e na reforma da previdência (2019), analisadas na próxima seção.

Em 2020, foram registradas 192 greves do funcionalismo público (nos três níveis administrativos), contabilizando mais de 7 mil horas paradas (DIEESE, 2022). Entre as pautas das mobilizações, estiveram a exigência de vacinas contra a COVID-19 e o provimento de auxílio emergencial para os desempregados.

Apesar da repressão, os servidores públicos e, em particular, os professores, seguem na luta pelos direitos dos trabalhadores. Conforme aponta Leher (2020), mesmo nos ásperos dias de pandemia da COVID-19, as universidades públicas formaram núdulos de efervescência intelectual, com notável produção comprometida com a luta dos trabalhadores, buscando agregar sindicatos, coletivos antirracistas, trabalhadores de aplicativos, coletivos estudantis e diversos outros movimentos.

Contudo, já antes da pandemia, em 2019, se delineava no Brasil um quadro de desigualdade extrema, onde os 50% mais pobres acessavam apenas 3,5% da renda total do trabalho, enquanto o grupo dos 10% mais ricos se apropriava de cerca de 52% (BARBOSA, 2019). Nestas condições, “nenhuma ideologia racional poderia ser levada adiante, muito menos aquela baseada na ética dos direitos humanos, que orienta os movimentos sociais” (SIERRA et al, 2020, p.63).

O “casamento” entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo, enquanto um fenômeno do movimento de acumulação do capital no contexto de hegemonia do capital financeiro, “afunda os direitos humanos no caldo da moral neoconservadora, composta pela doutrina do velho testamento, defesa do livre mercado, intimidação e punição severa contra todos que representam algum perigo à ordem” (SIERRA et al, 2020, p.63).

Portanto, para a manutenção da ordem, a produção intelectual levada a cabo nas universidades públicas – tanto aquelas intimamente comprometidas com a classe trabalhadora como aquelas que apenas atuam na defesa dos princípios

constitucionais – precisaria ser inviabilizada. Mais que isso, a própria universidade precisaria ser “refuncionalizada” (LEHER, 2021b), se convertendo em organizações de cunho utilitarista e ajustadas aos requisitos da atual configuração do padrão de acumulação no capitalismo dependente (FERNANDES, 1981). Como salienta Leher (2021b, p.2), “a zona de conflito com a universidade e com a ciência, como é possível depreender, torna-se muito vasta e não se restringe aos embates de ideias, na forma de confrontos de argumentos”.

Na próxima seção, apresentamos algumas medidas que dão materialidade ao projeto do capital para a “refuncionalização” da universidade pública, debatendo o projeto de desmonte das universidades e as medidas de desinvestimento que impactam severamente na carreira docente, nas condições de trabalho e no cumprimento da função social da universidade no seu compromisso com os problemas nacionais (LEHER, 2021b).

## **A Frente Ultraneoliberal, o Estrangulamento Orçamentário e a Refuncionalização da Universidade Pública**

Nas últimas décadas, temos vivenciado mudanças substantivas nas políticas de financiamento da educação pública como parte de um processo mais amplo de refuncionalização das políticas sociais sob a égide neoliberal. Tais mudanças são resultantes de um processo onde se conjugam elementos de reiteração da condição de dependência na relação capitalista internacional, em consonância com a crescente captura do fundo público pelas frações da burguesia que estão no “bloco no poder”<sup>9</sup>

A complexidade desse cenário soma-se à lógica irracional da reprodução do capital dentro das relações financeirizadas, onde o capital monetário se apresenta como a principal mercadoria do capitalismo, expandindo as relações sociais “que permitem a extração do mais-valor ao passo que se descola ficticiamente das condições da própria vida social” (FONTES, 2010, p. 35). O processo de financeirização avançou de forma robusta e tem contribuído decisivamente para o adensamento da exploração da força de trabalho.

---

<sup>9</sup> Para a compreensão do conceito, ver: Poulantzas (1981) e Pinto (2014).

A imprecisa e polissêmica categoria “neoliberalismo” abre possibilidade para diferentes exposições quanto à interpretação do termo. Adotamos aqui a perspectiva analítica de Brettas (2020):

No plano conceitual, o neoliberalismo possui acepções diversas, mesmo quando restringimos o debate às análises do pensamento social crítico (...). Trata-se no geral, de diferenças na ênfase que os analistas dão a determinados aspectos em detrimento de outros, embora todos abarquem um conjunto de medidas e alterações que possuem uma direção comum: a busca por restaurar o poder burguês ameaçado pela crise instaurada no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, o que implica a adoção de medidas voltadas para retomar o aumento da taxa de lucro (BRETTAS, 2020, p. 157).

Guardadas as especificidades do debate, que transcendem os limites deste artigo, é necessário pontuar que o neoliberalismo ganhou materialidade ao redor do globo para além de suas proposições iniciais que incidiam sobre as pautas da privatização, liberalização econômica e corte de gastos com as políticas sociais. Com algumas resistências da classe trabalhadora, nos países onde os efeitos nefastos das primeiras ondas de contrarreformas se fizeram sentir, as orientações macroeconômicas neoliberais foram sendo refuncionalizadas, com novas semânticas, e à medida que ganharam maior escala alçaram o patamar que, hoje, recebe a definição de ultraneoliberalismo (BEHRING, 2021).

Na análise do ajuste fiscal operado nas últimas décadas no Brasil, Behring (2021) destaca que a punção do fundo público foi intensificada a partir da interferência direta das instituições financeiras nacionais e internacionais credoras da dívida pública que, através de uma macroeconomia engenhosa instaurada pelo Plano Real com a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), fundou: “Uma lógica orientada para a preservação de parcelas ainda maiores do butim para a finança, sustentada sobremaneira pelo fundo público” (BEHRING, 2021, p. 162).

Na hegemonia do capital financeiro, sob a onda ultraneoliberal, com a orientação das agências coletivas do capital (os Organismos Internacionais), é que teremos a retração das políticas sociais. Em especial, a saúde e a educação são afetadas pelos cortes e escoamento do fundo público para o setor privado. Isso afeta diretamente o ensino superior público, indo ao encontro da lógica da “refuncionalização da universidade pública” (LEHER, 2021b).

O processo de refuncionalização recai na retirada da universalidade que estas instituições possuem no processo de construção do conhecimento. A atuação das frações da burguesia que operam os cortes orçamentários são as mesmas que impõem uma educação de viés utilitarista, de forma a adequar a formação às necessidades da reprodução do capital no Brasil. Essa orientação impacta no pensamento crítico e mina a unidade entre teoria e prática, que é fundante para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido na CF/88 (LEHER, 2021b).

A refuncionalização do ensino superior público vem acompanhada pelo estrangulamento orçamentário ampliado após o “golpe de Estado de novo tipo”<sup>10</sup>, que criou as bases para a ascensão da extrema direita. A partir do golpe e da nomeação de Michel Temer para a Presidência, em 2016, foram institucionalizadas uma série de contrarreformas. Em menos de dois anos, entramos numa espécie de barbárie ultraneoliberal (hoje, também, associada ao neofascismo) (BEHRING, 2021).

No propósito de consolidar a agenda ultraneoliberal, as elites apoiaram a candidatura de um presidente assumidamente ultraconservador, ligado a grupos fundamentalistas religiosos, às milícias e aos representantes da velha política brasileira, conforme analisado na seção 4 deste artigo.

Entre as principais contrarreformas do período, podemos destacar: a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que institui um regime fiscal que altera diretamente os gastos em educação e saúde, estrangulando-os durante um ciclo de 20 anos; o projeto "Future-se", que busca refuncionalizar as universidades; e Emendas Constitucionais que impactam a natureza do Estado e das políticas sociais: A Emenda Constitucional nº 103 de 2019 (EC103/2019), a Proposta de Emenda Constitucional nº 188 de 2019 (PEC188/2019) e a Emenda Constitucional nº 109 de 2021 (EC109/2021).

A virada para a fase ultraneoliberal (BEHRING, 2021) é operacionalizada por organizações que cumprem o papel de construir uma nova pedagogia da hegemonia

---

<sup>10</sup> Referimo-nos aqui sobre o golpe jurídico-parlamentar que culminou com a destituição ilegítima da presidente Dilma Rousseff e que, ainda, nos impõe muitos desafios quanto ao entendimento de sua complexidade e desdobramentos, entretanto sabemos que os resultados perniciosos desse golpe conduziram à ascensão um candidato com ligações assumidamente ultraconservadoras e ultraneoliberais (com inspiração neofascista). Behring (2021) utiliza essa terminologia “*golpe de Estado de novo tipo*”, de fato, corroboramos com a análise da autora, que abrange a complexidade do fenômeno vivenciado em 2016.

formando frentes de ação no interior do Estado. São observadas a atuação de uma frente social-liberal (LAMOSA, 2020) e de uma frente liberal ultraconservadora (COLOMBO, 2018, apud LAMOSA, 2020). Compreendemos que as pautas ultraneoliberais, materializadas nas contrarreformas, se aproximam da frente social-liberal.

A Emenda Constitucional 95 (EC95) de 2016 é um marco legal que implementa um novo regime fiscal ultraneoliberal (BEHRING, 2021). Segundo Leher (2021), se o Brasil perdeu para o Chile o papel de pioneiro na implementação das políticas neoliberais, podemos dizer que agora é o “precursor” na América Latina do avanço ultraneoliberal e das políticas de financeirização da educação:

A Emenda Constitucional no 95/2016 é a matriz da desconstrução de todas as políticas sociais da Constituição de 1988. Vem acompanhada de novas propostas de alterações constitucionais que operacionalizam o desmonte, entre as quais a chamada reforma administrativa que provoca as mudanças institucionais em prol dos interesses privados-mercantis. [...] Foi a EC no 95/2016 criou a justificativa ideológica do caráter categórico, imperativo, das contrarreformas em curso. Concebida nos grandes marcos da agenda do golpe de 2016, “Uma Ponte para o Futuro”, a referida EC 95 com o apoio do andar de cima e da grande imprensa. A operação ideológica empreendida pela EC foi artilosa e logrou êxito na caracterização de que os gastos públicos cresceram de modo desmedido e que por isso precisariam ser estancados por vinte anos (LEHER, 2021a, p.9).

Conforme já abordado, é falacioso o argumento do colapso do gasto público como resultante do pagamento com pessoal. Adicionalmente, o corte operacionalizado pela EC95 se restringe basicamente às áreas da saúde e educação, enquanto não estabelece teto para gastos com pagamento dos juros e amortização da dívida pública. Isso expressa um fator que Marx (1978) destaca sobre a função primordial do capital, a saber, a sua preponderância em detrimento das necessidades humanas. Esse é o motor da contrarreforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017) e da contrarreforma da Previdência Social (EC 103/2019).

Segundo Leher (2021a), as contrarreformas configuram a destruição dos aspectos progressivos da CF/88. A EC95 quebra a vinculação orçamentária constitucional para a educação, gerando, no âmbito federal, um congelamento do gasto com educação aos patamares de 2017 (ROSSI et al, 2019). Portanto, provoca um permanente estrangulamento orçamentário.

Em conjugação com a EC95, foi apresentado o projeto de lei do “Future-se”, que coloca a captação de recursos privados como principal forma para a manutenção das instituições federais, que seriam gerenciadas por Organizações Sociais (OS). A primeira versão do projeto foi apresentada em julho de 2019 e sua terceira e última versão foi apresentada em janeiro de 2020. Todas as versões foram rechaçadas pelas universidades, o que postergou o seu avanço.

Segundo Giolo, Leher e Sguissardi (2020), as medidas inviabilizam a função social das universidades, atingem a autonomia universitária e operacionalizam/consolidam as morfologias das contrarreformas na universidade pública, coroando os direcionamentos legados pela EC95.

Por sua vez, a contrarreforma da Previdência Social (EC 103/2019) altera o sistema de previdência social, reduzindo drasticamente a possibilidade de aposentadoria (BEHRING, 2021).

(...) é um ajuste fiscal draconiano que tem relação com a EC nº 95, para canalizar recursos para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, este sim o primeiro item de gasto do orçamento geral da união, no mesmo passo da leniência fiscal para com o empresariado brasileiro (BEHRING, 2021, p. 217).

Na mesma linha, a EC 109/2021 dispõe medidas emergenciais e também permanentes de controle do crescimento das despesas obrigatórias nos âmbitos do governo federal, estados e municípios para a seguridade social (BRASIL, 2022). Os impactos da EC103/2019 e EC109/2021 no setor público é a maior precarização do trabalho em áreas sociais relevantes, como a saúde e a educação.

A precarização ataca o conjunto da classe trabalhadora e essas emendas são as provas materiais dessas tendências no serviço público e no trabalho docente (SILVA, 2020).

No corolário das emendas de ataque à classe trabalhadora e aos servidores, está a PEC 188/2019<sup>11</sup>, que:

Estabelece medidas de ajuste fiscal aplicáveis ao custeio da máquina pública; modifica a estrutura do orçamento federal; estende a proibição de vinculação de receitas de impostos a qualquer espécie de receitas públicas, ressalvadas as hipóteses que estabelece; permite a redução temporária da jornada de trabalho de servidores públicos como medida para reduzir despesas com pessoal; propõe mecanismos de

---

<sup>11</sup> Também conhecida como a PEC do Pacto Federativo.

estabilização e ajuste fiscal quando as operações de créditos excederem as despesas de capital, as despesas correntes superarem noventa e cinco por cento das receitas correntes ou a realização de receitas e despesas puder não comportar o cumprimento das metas fiscais do ente; e cria o Conselho Fiscal da República (BRASIL, 2022).

A ideia é limitar os gastos com serviços públicos pela esfera da União, repassando-os aos municípios e estados, na lógica de um permanente ajuste fiscal. A proposta extingue os municípios pequenos e reformula o federalismo no país. Adicionalmente, propõe a desvinculação dos gastos constitucionais com a educação. Estes dispositivos turbinam o processo de financeirização do ensino superior, pois o estrangulamento orçamentário das universidades públicas colabora para a expansão das instituições privadas.

Se por um lado a agenda ultraneoliberal estabelece as bases econômicas da precarização das universidades, por outro, a agenda ultraconservadora promove a sua desqualificação perante à sociedade, conforme abordado nas próximas seções.

### **Análise da Evolução do Interesse por Termos Chave das Narrativas da Extrema Direita de ataque às Universidades**

Nesta seção, busca-se capturar o momento em que discursos ofensivos às universidades públicas emergiram no cenário brasileiro e, dessa maneira, identificar fatores contemporâneos que serviram como alicerce para a guinada narrativa das pautas reacionárias. Para alcançar este objetivo, utiliza-se o sistema de monitoramento/sistematização de buscas *Google Trends*<sup>12</sup>.

A amostra utilizada possui quatro palavras-chave: marxismo cultural; esquerdistas; e gramscismo. As palavras-chave foram selecionadas a partir da análise da bibliografia que mapeia o vocabulário usado por figuras centrais do Bolsonarismo na guerra cultural (analisada na próxima seção). Os dados foram definidos com base no interesse relativo do termo de maior interesse, definindo estes termos como a base 100 do índice, ou seja, o pico de popularidade em relação ao interesse de pesquisa. Assim, os dados observados mostram que entre janeiro de 2004 e março de 2022, o termo de maior interesse foi “gramscismo” com pico em outubro de 2018. Ressalta-se

---

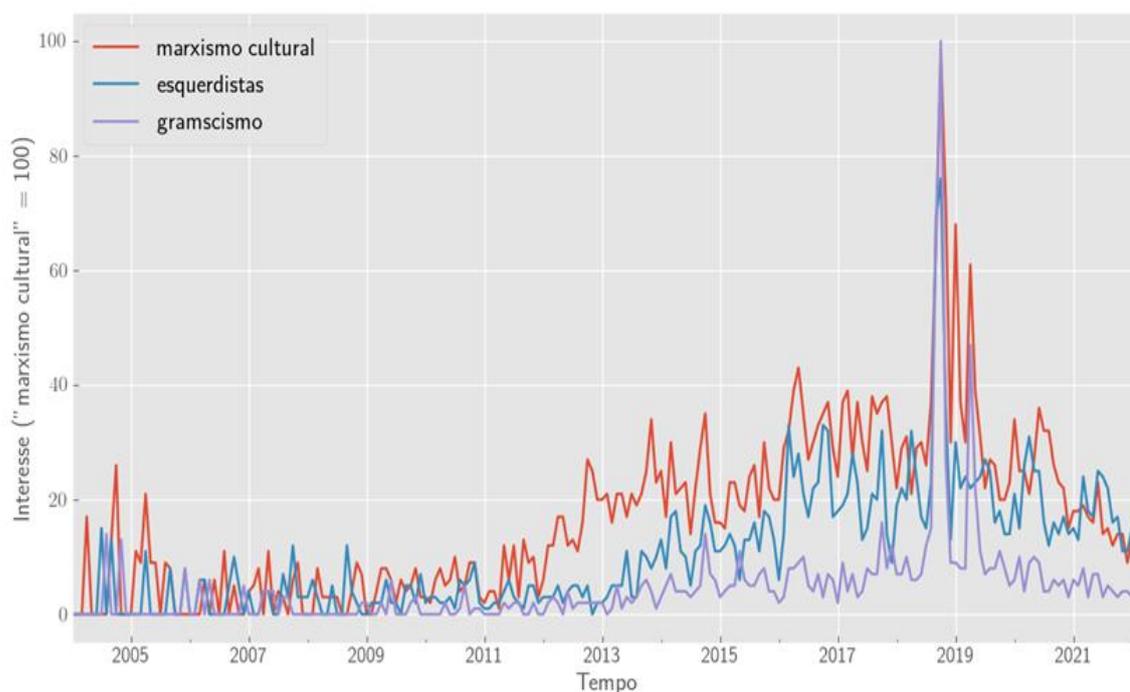
<sup>12</sup> De acordo com Google (2021), o *Google Trends* é uma ferramenta que analisa uma porcentagem de pesquisas na web do Google para determinar quantas pesquisas foram feitas em um período.

que o mês de outubro de 2018 (período das eleições presidenciais) registrou o maior pico de popularidade nas buscas para os três termos investigados: “gramscismo” igual a 100, “marxismo cultural” igual a 98 e “esquerdistas” igual a 76.

Os resultados mostram que, de maneira geral, o interesse pelos termos chave selecionados inicia uma tendência de crescimento expressiva entre os anos de 2011-2013, ganhando volume de buscas no período subsequente às manifestações de junho de 2013 que proporcionaram um deslocamento discursivo para uma posição conservadora (PINTO, 2017). O processo eleitoral de 2014 revelou estas tensões. Em uma eleição fortemente disputada, Dilma Rousseff (do Partido dos Trabalhadores - PT) foi reeleita Presidente da República, mas seu adversário no segundo turno, Aécio Neves (do Partido da Social-Democracia – PSDB), questionou o resultado e fomentou entre a população uma desconfiança em relação à lisura do processo eleitoral e às urnas eleitorais eletrônicas. Posteriormente, o Presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, viria a reforçar a desconfiança no processo eleitoral e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em um claro ataque aos processos democráticos. Em 2014, também foi iniciada a Operação Lava Jato, liderada pelo Ministério Público, com o mote do “combate à corrupção”, a incriminação de empresários e especialmente do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Em nossos levantamentos sobre os termos de busca na internet, em relação ao volume (Figura 1), o termo “marxismo cultural” possui um nível de interesse maior do que o observado nos outros dois termos analisados. Mesmo que “gramscismo” seja a palavra-chave com o maior pico de interesse, “marxismo cultural” e “esquerdistas” tiveram um maior interesse em termos de volume de pesquisas. Dessa maneira, o termo “marxismo cultural” (analisado na próxima seção) possui mais consistência temporal, sendo considerado predominante em relação aos demais termos em análise.

**Figura 1 - Índice de interesse por termos-chave agregados**



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no *Google Trends*<sup>13</sup>

Observamos que os picos de busca pelos termos estão em linha com o aumento da disseminação de notícias falsas (*Fake News*) por meio das redes sociais. Neste processo, a internet e as redes sociais têm papel fundamental, pois possibilitam a coleta de dados individuais dos usuários, como suas disposições mentais e tendências políticas; utilização de robôs (*trolls*) para difundir ideias e forjar comportamentos de massa; e financiamento de blogueiros e *influencers* para dominarem os debates nas redes sociais. Isso tornou possível a criação de uma “engenharia” para desinformação e disseminação de notícias falsas com intuito de aumentar a aceitação de agendas que nas últimas décadas não vinham encontrando espaço e recepção frente à opinião pública, como, por exemplo, a restrição dos direitos das mulheres e pessoas LGBTQI e a criminalização do aborto. Esta agenda anti-direitos encontra como expressão o termo “ideologia de gênero” que, conforme apontado na Figura 4, não era um alvo relevante de buscas na internet até 2015.

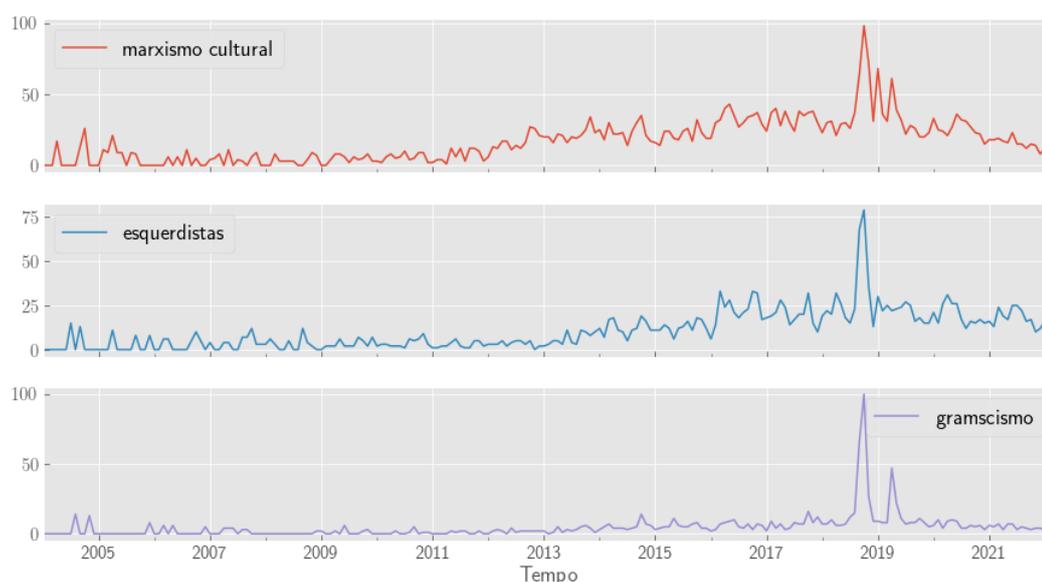
Na experiência brasileira, a onda de manifestações de 2013 consolidou narrativas em defesa de uma urgente renovação política. Contudo, a retórica “Lava-

<sup>13</sup> Todos os gráficos foram elaborados pelos autores com base no Google Trends.

Jatista” de combate à corrupção possibilitou o fortalecimento da extrema-direita como sendo representante de uma “nova política” que combateria as “imoralidades” não só da corrupção, mas também no âmbito dos costumes, conforme debatido na próxima seção deste artigo.

A Figura 2 desagrega os termos e, assim, reforça a observação realizada através da comparação realizada anteriormente que considera os três termos em conjunto. Nota-se que outubro de 2018 é o pico comum entre os três termos.

**Figura 2 - Índice de interesse por termos-chave individuais**



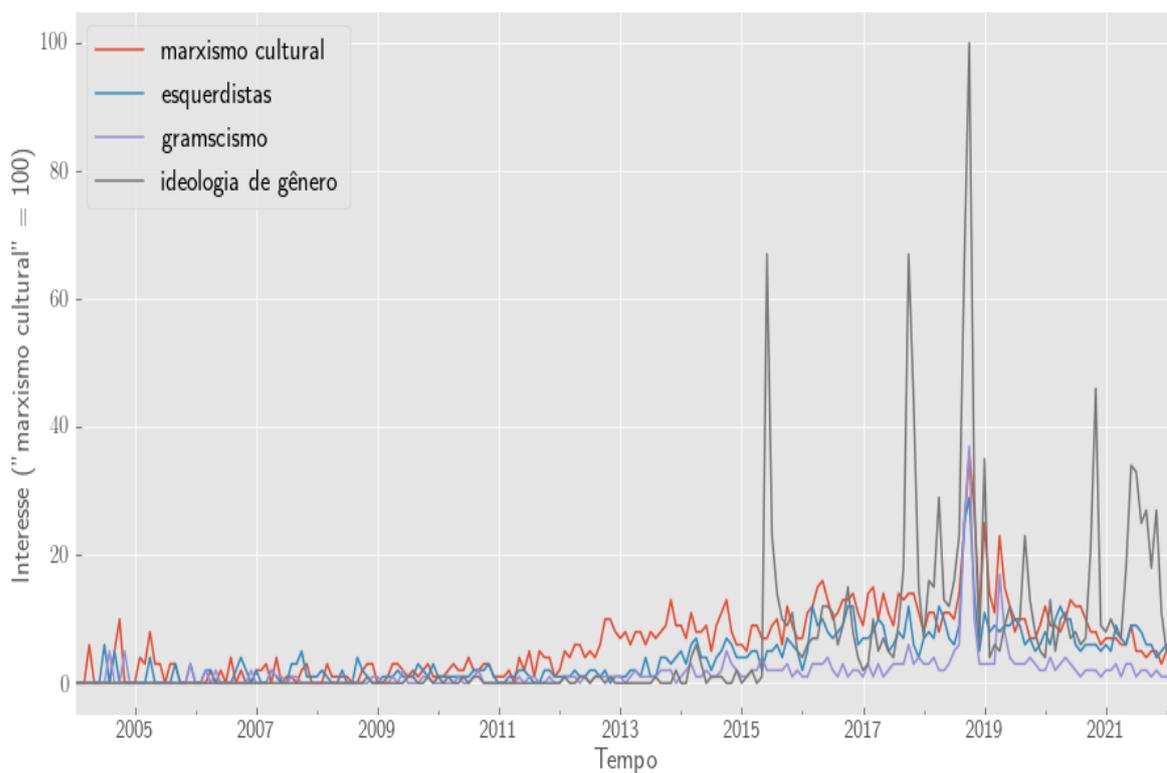
**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Google Trends

As três palavras selecionadas têm como traço comum a conotação *político-ideológica*, manifestada através de uma crítica pseudo-intelectual direcionada aos denominados “intelectuais de esquerda”. Essa classe se tornou alvo da extrema direita brasileira e, como consequência, as universidades públicas se tornaram um alvo concorrente, uma vez que o elemento de ataque estava associado figurativamente a elas. Dessa maneira, como meio de complementar a investigação, foi inserida na comparação um termo relacionado com uma das pautas centrais da extrema direita, a sexualidade.

A captura dessa dimensão moral foi realizada através do termo chave “ideologia de gênero”. A Figura 3 apresenta os resultados encontrados. Observa-se que o termo “ideologia de gênero” possui diferentes picos de interesse ao longo da

série histórica. Entretanto, mantém como ponto comum com os demais termos o seu crescimento entre os anos de 2013 e 2015. O pico em 2015 pode estar relacionado por ter sido o ano em que a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi lançada para consulta pública, sendo alvo de críticas sistemáticas por parte dos conservadores por prever o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas.

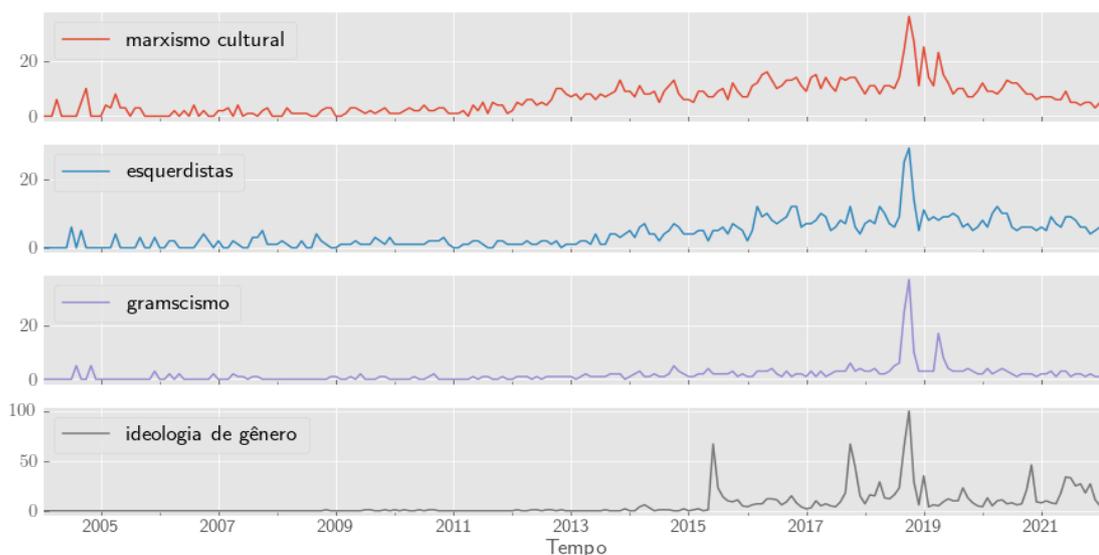
**Figura 3 - Índice de interesse por termos-chave agregados, considerando a dimensão moral**



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no *Google Trends*

Por fim, a Figura 4 apresenta a desagregação dos termos-chave analisados. Por meio dos quatro gráficos, se observa o elemento comum de maior interesse durante as eleições presidenciais de 2018. Mas se ressalta os diferentes picos de interesse para o termo “ideologia de gênero”.

**Figura 4 - Índice de interesse por termos-chave individuais, considerando a dimensão moral**



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base no Google Trends

Entre os termos adotados nas narrativas da extrema direita brasileira, aqueles que pertencem à *dimensão político-ideológica* se caracterizam pela tendência de crescimento a partir de 2013, tendo as eleições presidenciais de 2018 como maior ponto de interesse em relação às buscas. O termo utilizado como representante da *dimensão moral* tem diferentes momentos de aquecimento abrupto do interesse, compartilhando com a *dimensão político-ideológica* o maior valor registrado na série histórica no mês de outubro de 2018.

### **Ultraconservadorismo e as armas da Guerra Cultural contra as Universidades**

O debate sobre os sentidos do que se convencionou chamar de “guerra cultural” exige uma série de mediações e análise de fatores como a dinâmica da luta de classes, a formação histórico-social de determinada sociedade, as relações econômicas de dominação e dependência entre nações, dentre outros, que fogem ao escopo deste artigo. Por ora, nosso objetivo é compreender como a atuação da frente ultraconservadora – que agrega grupos religiosos, militares, empresários, organizações de caráter fascista e simpatizantes – corrobora para levar adiante as reformulações na estrutura do Estado – em particular no financiamento e autonomia das universidades públicas.

A forma de atuar da frente ultraconservadora pode ser identificada por estratégias discursivas (debatidas na seção 3) que produzem consequências concretas, materiais, no sentido da eliminação de todos que não se enquadram em sua visão de mundo. Assim, instalam uma “guerra cultural” para eliminar o que é identificado como sendo progressista: os direitos das mulheres, das pessoas LGBT, das comunidades indígenas, a preservação ambiental, enfim, os direitos humanos e ambiental.

Como exemplo a nível internacional, está o discurso do conservador Pat Buchanan, em 1992, na convenção do Partido Republicano, quando buscava se candidatar à presidência dos Estados Unidos e havia sido derrotado nas eleições primárias do partido, que referendou a candidatura de George Bush. Buchanan havia obtido 23% dos votos, num total de cerca de 3 milhões de eleitores (ROCHA, 2021). A seguir, alguns trechos do discurso:

Há uma guerra religiosa em curso neste país. É uma guerra cultural, tão crítica para o tipo de nação que seremos como foi a própria Guerra Fria, pois esta guerra é pela alma da América. (...) A agenda que Clinton & Clinton [Bill e Hillary, sendo Bill o candidato escolhido pelo partido Democrata] iria impor à América, aborto livre, *litmus test* para o Supremo Tribunal, direitos homossexuais, discriminação contra escolas religiosas, mulheres em unidades de combate – isso é mudança, tudo bem. Mas não é o tipo de mudança de que a América precisa. Não é o tipo de mudança que a América quer. E não é o tipo de mudança que podemos suportar numa nação a que ainda chamamos o país de Deus. (...) O princípio organizador central desta república é a liberdade. E desde as antigas florestas do Oregon e Washington, até ao Império Interior da Califórnia, a grande classe média americana tem de começar a fazer frente a estes extremistas ambientais que colocam aves, ratos e insetos à frente de famílias, trabalhadores e empregos. (...) Contra a ideia amoral de que os casais homossexuais e lésbicas devem ter a mesma posição na lei que os homens e mulheres casados. (...) A favor do direito das pequenas cidades e comunidades a controlarem o esgoto de pornografia que polui terrivelmente a nossa cultura popular.<sup>14</sup>

O ideário da guerra cultural de Buchanan chegou ao poder nos Estados Unidos a partir da eleição de Donald Trump, em 2016. Desde então, ganharam proeminência pautas contra os imigrantes, contra o aborto e os direitos das mulheres, dos afro-descendentes e pessoas LGBT, conforme apontado na seção 3 deste artigo.

---

<sup>14</sup> Patrick J. Buchanan, “1992 Republican National Convention Speech,” Houston, Texas, 17 de Agosto de 1992, tradução dos autores. Disponível em <<https://voicesofdemocracy.umd.edu/buchanan-culture-war-speech-speech-text/>>

Espalharam-se posições abertamente anti-científicas e de ataque a determinadas agendas de pesquisa, o que motivou a *American Educational Research Association (AERA)*, associação de pesquisa educacional fundada em 1916, a divulgar uma carta aberta, em fevereiro de 2022, com denúncias do cerceamento do trabalho docente nos Estados Unidos:

Diversos cursos estão sendo retirados do currículo ou ameaçados de extinção; aqueles envolvidos no ensino ou na realização de pesquisas sobre temas como racismo, teoria racial crítica ou identidade de gênero estão sendo escrutinados ou desencorajados de seguir nessas linhas de investigação, seja diretamente por suas instituições ou, mais amplamente, pelas pressões exercidas sobre suas instituições. Enquanto algumas das mais flagrantes reprimendas são dirigidas a questões sociais, muitas outras áreas (por exemplo, a pressão para destruir os dados de pesquisa da COVID) também têm experimentado efeitos de repressão. Há uma boa razão para se estar tanto alarmado quanto vigilante. Está em curso uma onda de legislações que visam restringir a liberdade acadêmica, limitar a educação e pesquisa antirracista e até mesmo proibir a discussão de conceitos “divisivos” na sala de aula.<sup>15</sup>

No mesmo sentido, em abril de 2021, a *Science* publicou um artigo denunciando os crescentes ataques e ameaças sofridos por cientistas no Brasil, sob o governo Bolsonaro<sup>16</sup>.

Sem dúvidas, a guerra cultural bolsonarista relaciona-se aos modelos transnacionais de ascensão da extrema direita. Contudo, é possível identificar traços singularmente brasileiros (ROCHA, 2021).

Ao longo da década de 1980, o Brasil foi palco de grande efervescência política com a retomada das ruas pelos movimentos sociais, que foram alvo de intensa repressão a partir do golpe empresarial-militar de 1964. A correlação de forças no período possibilitou uma Constituição que estabeleceu direitos e vinculações orçamentárias, debatidas nas seções anteriores (LEHER, 2021a).

Imediatamente a CF/88 passa a sofrer críticas, pois, ao proporcionar bem-estar às camadas pobres “o governo se torna um Papai Noel, dispensando sua generosidade

---

<sup>15</sup> AERA Statement on the Significance of Academic Freedom in a Divisive Political Climate, 22 de Fevereiro de 2022. Disponível em < <https://www.aera.net/Newsroom/AERA-Statement-on-the-Significance-of-Academic-Freedom-in-a-Divisive-Political-Climate>>

<sup>16</sup> Escobar, Herton. 'A hostile environment.' Brazilian scientists face rising attacks from Bolsonaro's regime Harassment and budget cuts have researchers fearing for their jobs and safety. *Science*, 7 de Abril de 2021. Disponível em < <https://www.science.org/content/article/hostile-environment-brazilian-scientists-face-rising-attacks-bolsonaro-s-regime>>

ao povo, que por sua vez, exige cada vez mais” (BIRDSALL; PINCKNEY; SABOT, 2000, p.9, tradução nossa). Nesta perspectiva, o “governo Papai Noel” (ibid.) estaria fadado à bancarrota, pois seria impossível e, principalmente, indesejável, atender às demandas crescentes de indivíduos acostumados a “almoço grátis”, expressão celebrizada pelo arauto do neoliberalismo Milton Friedman (1975).

Para sanar o problema, as medidas de austeridade são apresentadas como uma “dor virtuosa após a festa imoral” (BLYTH, 2017, p.36). Conforme ressaltam Rossi et al (2019), o termo austeridade aproxima a figura do Estado a de um indivíduo, com a finalidade de exaltar comportamentos associados ao rigor, disciplina, prudência, sobriedade. Portanto, atribui julgamento moral (ancorado na concepção burguesa de mundo) às iniciativas dos governos no provimento de políticas sociais, de forma a associá-las a comportamentos irresponsáveis e repugnantes. Contudo, o mesmo julgamento não se aplica aos grandes proprietários que acumulam dívidas tributárias ou sonegam impostos.

Os direitos sociais garantidos na CF/88 representam ameaças não só aos lucros dos grandes proprietários, mas também às parcelas conservadoras da sociedade que se sentiram prejudicadas pela sua orientação baseada nos direitos humanos (SIERRA et al, 2020).

Em 1987, já teria sido iniciada a articulação conservadora no Congresso Nacional com a formação da bancada evangélica, que se fortaleceu se associando à bancada ruralista e à bancada da bala, composta em grande parte por militares. Assim, a reorganização subterrânea da direita teria se principiado no processo de redemocratização, se adensando na década de 1990, recrudescendo com a primeira vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência e atingindo um ápice no governo Dilma, especialmente com a instalação da Comissão da Verdade<sup>17</sup> (ROCHA, 2021).

Um exemplo da presença de representantes conservadores no Congresso desde a Constituinte é o ex-deputado Jair Bolsonaro, que ocupou o cargo de deputado federal de 1991 (no Congresso revisor) até 2019, quando assumiu a Presidência da

---

<sup>17</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e teve como finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Para mais informações, acessar o site: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>

República. Em 1999, durante uma entrevista, o então deputado e atual presidente afirmou:

Através do voto, você não vai mudar nada nesse país! (...) Só vai mudar, infelizmente, quando nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro... E fazendo um trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil! Começando com o FHC! Não deixar pra fora, não! Matando! Se vai morrer (sic) alguns inocentes, tudo bem (...).<sup>18</sup>

O encerramento da ditadura empresarial-militar (1964–1985) causou apreensão entre a ala militar mais diretamente envolvida nas ações de tortura:

No início de 1989, o chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, mudou o formato dos Relatórios Periódicos Mensais (RPM) do órgão para a “difusão de conhecimentos destinados ao seu público interno”. Com alterações na diagramação, na linguagem e na distribuição, o militar tentava ampliar a influência dos chamados RPMs na formação da tropa. No RPM de dezembro de 1989, por exemplo, a Nova República seria caracterizada como um “regime de permissividade política e social sem precedentes”, o que abriria espaço para uma nova “tentativa de tomada do poder” pelas esquerdas (PEDRETTI, 2021, np).

O ideário das “tentativas de tomada do poder pelas esquerdas” é referendado pelo projeto desenvolvido pelo Centro de Informações do Exército (CIE), entre 1985 e 1988, que resultou em um documento de cerca de mil páginas, o ORVIL, cuja grafia é a palavra “livro” ao contrário. O seu propósito foi fornecer a versão dos militares sobre o período da ditadura e contrapor o livro “Brasil: nunca mais”<sup>19</sup>, publicado em 1985 e que documenta os episódios de tortura.

O vocabulário do ORVIL remonta aos ideais anticomunistas presentes no Exército pelo menos desde 1935, quando militares ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) tentaram promover uma insurreição armada, que ficou conhecida como Intentona Comunista. Contudo, o ORVIL traria como novidade o argumento de que estava em curso uma quarta tentativa de tomada do poder, não mais baseada na luta armada, mas na manipulação da opinião pública:

Em maio de 1989, o RPM [Relatórios Periódicos Mensais do Centro de Informações do Exército] trouxe um texto intitulado “A nova esquerda e o processo revolucionário”, que se dedicava a entender a relação entre

---

<sup>18</sup> Disponível em < <https://youtu.be/M-tkPPwT9Xw>>

<sup>19</sup> Ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo o documento da inteligência do Exército, essas organizações eram as principais responsáveis pela nova estratégia das esquerdas revolucionárias: o “trabalho de massas” (PEDRETTI, 2021, np).

Este mesmo relatório afirmava que:

Inspirados e influenciados quando de sua estada no estrangeiro pelos pensamentos do ideólogo italiano Antonio Gramsci, considerado depois de Lênin o maior teórico do marxismo, [os líderes subversivos] passaram a buscar o domínio das instituições culturais e da educação. Pretendiam, assim, criar uma contra-hegemonia social, viabilizando as transformações que permitiram a conquista do poder e a modificação da estrutura vigente (ibid.).

Os termos “marxismo cultural” e “Gramscismo” já circulavam nas publicações do CIE impulsionadas pelo general Avellar Coutinho no final dos anos 1980 (PEDRETTI, 2021). Como visto na seção anterior, tais argumentos ganharam eco mais recentemente, a partir da atuação de Olavo de Carvalho, ideólogo do governo Bolsonaro e da extrema direita no Brasil que teve papel organizativo para a ebulição da guerra cultural e a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

A partir da análise dos livros e postagens de Olavo de Carvalho e seus seguidores, Rocha (2021) identificou que a estratégia da guerra cultural está ancorada nem tanto em um conteúdo a ser exaustivamente repetido, mas fundamentalmente em uma forma, que é atualizada de acordo com o contexto. A visão bélica do mundo é o combustível da guerra cultural, que divide o mundo de forma binária opondo “nós” a “eles”, que passam a ser convertidos em inimigos a serem simbólica e materialmente eliminados. Um ponto chave das estratégias é que mobilizam intensa carga emocional. A internet e as redes sociais desempenham papel fundamental devido à rapidez na circulação de ideias, que são repostadas por um grande número de pessoas.

O conjunto dos que são considerados inimigos é constantemente atualizado, podendo incluir indivíduos anteriormente considerados aliados. Rocha (2021) identifica que o bolsonarismo realiza uma adaptação truculenta da Doutrina de Segurança Nacional da ditadura para tempos democráticos. Ressalta-se que a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898/1969) estabeleceu a pena de morte no arcabouço jurídico brasileiro. Além disso, estabelecia medidas para reprimir o que identificava como “guerra psicológica adversa”:

A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais (DECRETO-LEI Nº 898/ 69, § 2º, art. 3º).

O dispositivo legal transformava todos aqueles que expressassem críticas à ditadura empresarial-militar em ameaça à segurança nacional. Na atualização bolsonarista para tempos democráticos, a retórica do ódio (ROCHA, 2021) é empreendida para insuflar atitudes para a eliminação do inimigo.

O ideário do ORVIL serve como fundamento para categorizar como comunismo tudo o que não é o *seu anticomunismo* (ROCHA, 2021), que é balizado por uma concepção de cristianismo que compreende a realidade como sendo uma luta do bem contra o mal – na qual o bem se identifica com a moral cristã branca e patriarcal e o mal representa tudo o que, em sua visão, se afasta disso, como as lutas antirracista e por direitos humanos.

A guerra cultural se apropria do discurso religioso para forjar uma subjetividade entre a classe trabalhadora que estabelece uma oposição entre “sujeito de bem” e sujeito crítico, por exemplo. Conjugando a ideia liberal de que o sucesso/fracasso é resultado do esforço pessoal, com a crença religiosa acerca da vontade divina, são afastadas quaisquer possibilidades de crítica social e luta coletiva por melhores condições de vida.

Esta conjugação está na base da sociedade burguesa. Contudo, o que o ultraconservadorismo logrou por meio da guerra cultural foi dar um passo adiante, movendo uma parte expressiva dos trabalhadores de uma posição de resignação e passividade para posicionamentos ativos de combate aos “inimigos”, compreendidos não como sendo aqueles que lucram em cima da exploração do trabalho, mas sim aqueles que se engajam na luta por direitos sociais.

Em particular, as universidades públicas são atacadas por se guiarem pelo princípio da laicidade e colocarem em debate as construções sociais relativas a gênero, sexualidade, a submissão da mulher no patriarcado, por denunciar o racismo estrutural, o genocídio dos povos indígenas. Na ocasião do golpe de 1964, as universidades passaram a ser alvo de perseguição, estudantes e professores foram presos, torturados e assassinados. Atualmente, muitos dos sobreviventes, seus filhos

e netos, atuam como professores e pesquisadores e seguem denunciando as tentativas de apagamento da memória do período.

Portanto, para os militares que atuaram nas sessões de tortura e os seus apoiadores, chegar ao poder de forma “democrática” traria a legitimidade necessária para que seguissem no propósito real de destruição das instituições que pudessem cobrar justiça pelo passado de arbitrariedades. Nas palavras do presidente de Bolsonaro, em entrevista realizada em 2016: “O erro da ditadura foi torturar e não matar”<sup>20</sup>.

Além das universidades, estão na mira as diversas estruturas da memória oficial como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico Nacional, a Casa de Rui Barbosa e o Arquivo Nacional (órgão gestor de importantes informações sobre o passado recente). Em 2019, Bolsonaro lançou o Decreto nº 10.148 que retira do Arquivo Nacional a prerrogativa de decidir sobre a eliminação de documentos e, posteriormente, nomeou pessoas ligadas ao exército para a gestão. Desde que Bolsonaro assumiu a presidência, o número de militares ocupando cargos civis cresceu 108% em relação a 2016 (ANDES, 2021). Conforme denunciado por Thuswohl (2022):

Servidores denunciam a eliminação indiscriminada e sem embasamento técnico de documentos financeiros que nem sequer foram encaminhados para prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, além de provas documentais de crimes cometidos pela ditadura (1964-1985) que deveriam estar anexados a processos analisados pela Comissão Nacional da Verdade. É uma verdadeira “queima de arquivo”.

A reestruturação do Estado, abordada na seção 2, é operacionalizada por figuras estratégicas que atuam na promoção da guerra cultural para garantir que: 1) dados e informações desfavoráveis aos militares não sejam divulgados; 2) para atender os interesses da base de apoio (evangélicos, ruralistas e militares); 3) para instalar um ambiente de caos administrativo que inviabiliza a execução de políticas sociais e favorece a agenda ultraneoliberal.

---

<sup>20</sup> Folha de S. Paulo, 28 de março de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/veja-10-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-o-golpe-de-1964-e-a-ditadura-militar.shtml>.

A intenção de desconstruir a organização estatal em vigência foi manifestada por Jair Bolsonaro em um jantar com lideranças conservadoras em Washington (EUA), no dia 17 de março de 2019, quando o presidente declarou:

O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz.<sup>21</sup>

Como exemplo, em fevereiro de 2022, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação, limitou o acesso aos dados do Censo Escolar dos anos anteriores, uma medida que provoca a descontinuidade de pesquisas sobre as políticas educacionais, impactos na avaliação educacional e na elaboração de políticas públicas que respondam às necessidades da população<sup>22</sup>.

O discurso bélico e o desprezo pela vida são recorrentes. Como exemplo, em reunião de ministros com o presidente, em abril de 2020, enquanto a pandemia da COVID-19 fazia milhares de vítimas, Paulo Guedes (discípulo de Milton Friedman na escola de Chicago e Ministro da Economia) declarou se referindo aos servidores públicos: “Então nós sabemos e é nessa confusão toda, todo mundo tá achando que tamo distraído, abraçaram a gente, enrolaram a gente. Nós já botamos a granada no bolso do inimigo. Dois anos sem aumento de salário”<sup>23</sup>.

A política educacional é um dos principais alvos. Na educação básica, o projeto é a militarização de escolas públicas, a tentativa de regulamentação da educação domiciliar (homeschooling) – uma demanda da bancada religiosa – e, principalmente, a imposição das pautas conservadoras contrárias ao aborto e às discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas.

No ensino superior, a ofensiva racista, homofóbica e sexista foi intensificada dramaticamente no período das eleições presidenciais de 2018, conforme foi possível identificar na seção anterior. Entre 2017 e 2020, cerca de 41 pesquisadores buscaram

---

<sup>21</sup> Jornal Valor Econômico, 18 de março de 2019. Disponível em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>

<sup>22</sup> Portal da ANPED, 22 de fevereiro de 2022. <https://anped.org.br/news/posicionamento-publico-de-entidades-sobre-exclusao-de-dados-do-censo-escolar-pelo-inep>

<sup>23</sup> Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6cg5AAcijv4>

ajuda da organização *Scholars at Risk* (SAR), que oferece suporte a docentes ameaçados de morte para deixarem o país temporariamente.

Diversos episódios ilustram o ambiente de guerra às universidades instalado em 2018:

- Uma estudante negra da Universidade de Fortaleza foi estuprada após sofrer ameaças afirmando que "limpariam a universidade" de "seu povo" quando Bolsonaro tomasse posse (SCHOLARS AT RISK, 2019, p. 11).
- Estudantes foram atacados próximo ao campus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro por terem feito panfletagem para o candidato da oposição à Bolsonaro (ibid, p.33).
- Policiais fizeram incursões em diversas universidades, interrogaram professores e confiscaram materiais (ibid, p.54).
- Na Universidade Federal Fluminense, ordem judicial determinou a retirada da faixa "Direito UFF Antifascista"; os folhetos "Manifesto em Defesa da Democracia e das Universidades Públicas" foram confiscados (ibid.).
- Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mandado judicial ordenou a retirada de cartazes que homenageavam a vereadora Marielle Franco, assinada em março de 2018 (ibid.).
- Na Universidade Federal da Grande Dourados, um juiz ordenou o cancelamento de uma palestra sobre o fascismo (ibid.).
- Na Universidade Federal de São João Del Rei, juiz ordenou a retirada de uma declaração, publicada no site e assinada pelo reitor, promovendo princípios democráticos e rejeitando a violência nas eleições (ibid).

Os ataques alcançaram tamanha gravidade que provocou manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa da inviolabilidade da autonomia universitária (LEHER, 2021b).

Estes episódios demonstram que os setores do judiciário alinhados à frente ultraconservadora não demonstram pudor em reafirmar a correlação entre o fascismo e o candidato ao qual estavam alinhados.

Após a posse Bolsonaro, os conflitos assumiram maior envergadura, pois, com o poder governamental, suas palavras assumiram novos significados – lastreadas agora pelo poder de Estado (LEHER, 2021b). Como exemplo, uma das primeiras medidas tomadas foi a Medida Provisória n.873/2019, que alterou as regras para o recolhimento da contribuição sindical<sup>24</sup>.

Além de afrontar os sindicatos – importante ferramenta de luta em defesa das universidades públicas – o governo vem nomeando reitores não eleitos pela comunidade acadêmica.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/06/bolsonaro-ataca-sindicatos-e-tenta-impedir-organizacao-popular-contra-suas-politicas>

A autonomia universitária, tendo sido tratada de forma genérica pela CF/88, passou a ser limitada no que tange à definição da forma de ocupação do cargo de reitor. Em 1995, a lei 9.192/95 instituiu que os reitores de universidades federais seriam nomeados pelo Presidente, a partir de listas tríplices organizadas por colegiado. Fazendo valer desta prerrogativa, Bolsonaro passou por cima da tradição de nomeação do candidato mais votado em consulta pública à comunidade acadêmica. Entre 2019 e março de 2022, das 69 universidades federais do país, 22 eram administradas por reitores que não foram eleitos<sup>25</sup>.

O primeiro ministro da Educação empossado por Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez (que permaneceu no cargo apenas 3 meses), afirmou que “a ideia de universidade para todos não existe” e que “as universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”<sup>26</sup>. Reafirmando a desqualificação da universidade como um espaço democrático de produção de conhecimento, em abril de 2019, foi anunciado um corte de 42% no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia<sup>27</sup>.

Entre abril de 2019 e junho de 2020, Abraham Weintraub ocupou o cargo de Ministro da Educação. Durante o período, os ataques foram intensificados. Em resposta aos protestos contra os cortes, Weintraub afirmou que a prioridade é a educação básica e a pré-escola, em detrimento das universidades<sup>28</sup>. Contudo, nenhuma medida foi tomada no sentido de fortalecimento destes níveis educacionais.

Prosseguindo com os ataques, foi anunciado um corte de 30% no orçamento da Universidade de Brasília, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal da Bahia. Para justificar, o ministro declarou que “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas.”<sup>29</sup>.

Assim, os cortes foram fundamentados em argumentos apelativos para insuflar os ânimos da guerra cultural. Weintraub declarou que “a universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo” e que existiria “gente pelada

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/01/volta-as-aulas-tres-reitores-nomeados-por-bolsonaro-ignoram-acoes-para-prevencao-da-covid-19>

<sup>26</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>

<sup>27</sup> Disponível em: [https://www.ipen.br/portal\\_por/portal/interna.php?secao\\_id=40&campo=11948](https://www.ipen.br/portal_por/portal/interna.php?secao_id=40&campo=11948)

<sup>28</sup> Disponível em: <https://twitter.com/AbrahamWeint/status/1123329639408197633>

<sup>29</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-corta-verba-de-tres-universidades-federais-mas-nao-explica-motivo.ghtml>

dentro do campus”<sup>30</sup>. Após a declaração, a ferramenta “Monitor do WhatsApp brasileiro”, desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), identificou o compartilhamento massivo de imagens de jovens nus em ambientes universitários.

No mesmo período, Bolsonaro fez declarações sobre possíveis cortes orçamentários em cursos de filosofia e sociologia para supostamente focar nas áreas de veterinária, engenharia e medicina. No entanto, Bolsonaro também estendeu os ataques ideológicos a importantes institutos de pesquisa nestas áreas, como a FIOCRUZ e o INPE.

Por exemplo, ao ser informado que em seu governo a destruição da Amazônia teria se intensificado, o presidente chamou de mentirosos os dados do INPE sobre desmatamento (dados monitorados por satélites desde 1988). Ferindo a credibilidade do INPE, Bolsonaro solicitou investigação, clamando que o INPE estava sendo influenciado por ONGs. Na ocasião, o diretor Ricardo Galvão foi demitido após se pronunciar em defesa da reputação da instituição<sup>31</sup>.

Os ataques discursivos e os cortes de recursos são estratégias conjugadas. Cerca de dois meses antes do ataque ao INPE, em maio de 2019, a agência CAPES congelou bolsas de estudo de pós-graduação. A justificativa foi de que os cortes atingiam bolsas ociosas, dando a entender que estariam sobrando bolsas nos programas de Pós-Graduação<sup>32</sup>. No mesmo período, o governo lançou o programa FUTURE-SE, analisado na seção 2.

Em novembro de 2019, o ministro Weintraub acusou as universidades de terem “plantações extensivas de maconha”, além de os laboratórios de química estarem “desenvolvendo droga sintética”. Por causa desta acusação, em 2021, Weintraub foi condenado a pagar indenização por danos morais coletivos a professores<sup>33</sup>.

Em 2020, com a eclosão da pandemia da COVID-19, escolas e universidades suspenderam atividades presenciais como medida sanitária de contenção da doença. Contudo, o negacionismo científico tomou lugar enquanto política pública. A

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>

<sup>31</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880\\_243772.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/02/politica/1564759880_243772.html)

<sup>32</sup> <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/bolsas-da-capex-com-cortes-pelo-governo-bolsonaro-educacao-/#page3>

<sup>33</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/03/04/ex-ministro-weintraub-e-condenado-pela-justica-em-mg-por-dizer-que-universidades-fabricam-drogas/>

orientação do governo contrariou o consenso científico em torno dos protocolos de prevenção e tratamento da COVID-19, além de postergar propositalmente a vacinação da população. Tal orientação provocou impactos diretos na educação, pois o retorno às aulas presenciais com segurança requer que o sistema vacinal da população esteja avançado e que investimentos sejam feitos no sentido de adequar a infraestrutura de escolas e universidades aos protocolos sanitários.

As universidades seguiram com atividades de ensino, pesquisa e extensão usando ferramentas *online*, o que exacerbou os mecanismos de controle sobre o trabalho docente e alargou a escala dos ataques ideológicos. Ao longo de 2020, foram registrados inúmeros episódios de invasão nas plataformas onde ocorriam atividades. Alguns exemplos foram o ataque cibernético na ocasião da defesa de um Trabalho de Conclusão de Curso sobre discursos de ódio e criminalização da homotransfobia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); uma na UFSM com o tema “Saúde e Nutrição da População Negra”; um debate sobre negritude com professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que foi interrompido por invasores que exibiam imagens de conotação racista e gritavam “mito, mito” – em referência ao presidente Bolsonaro; o webinar Atlântico Negro, organizado pela Universidade de Campinas (Unicamp); um evento do centro acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foi alvo de invasão por grupo neonazista; uma videoconferência sobre a História da África, realizada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); um debate sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, Maternidade e Raça, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os ataques têm como pontos em comum o caráter racista, misógino, homofóbico, fascista e a exibição de filmes pornográficos, imagens de violência, imagens da suástica outras<sup>34</sup>.

Em 2021, o ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro Hallal, e o professor Eraldo Pinheiro, foram objeto de investigação criminal por terem tecido “uma declaração desrespeitosa dirigida ao Presidente da República” em seu “local de trabalho” (SCHOLARS AT RISK, 2021). Em maio, o professor de direito da Universidade de São Paulo (USP), Conrado Hübner Mendes, passou a enfrentar ataques devido a artigos de opinião publicados por ele (ibid.).

---

<sup>34</sup> Ver: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ataques-virtuais-a-aulas-e-reunioes-academicas-expoem-fragilidade-de-plataformas1>

Não só professores, mas também estudantes sofrem os ataques da guerra cultural contra as universidades. Um dos maiores é, sem dúvidas, o impedimento de cursar o ensino superior, pois, como parte das investidas do governo contra a educação, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – requisito para a entrada no ensino superior – e o órgão que o elabora (o INEP), foram palco na disputa pela orientação ideológica dos conteúdos. Adicionalmente, a pandemia da COVID-19 e a situação de abandono das escolas públicas impossibilitou que um grande número de estudantes realizasse a prova. Como resultado, o número de candidatos que se inscreveram em 2021 (3,1 milhões) é o menor número desde o ano de 2005, sendo os estudantes negros os mais impactados.

## **Conclusões**

O artigo analisou a agenda de desmonte e refuncionalização das universidades públicas, que está intrinsecamente vinculada às contrarreformas ultraneoliberais que intentam reverter as conquistas de direitos sociais na CF/88.

Em análises futuras, pretende-se correlacionar graficamente os índices de interesse pelos termos-chave (seção 3), o avanço das contrarreformas (seção 2) e os ataques às universidades (seção 4). A identificação de novos termos-chave também será um ponto crucial no sentido de aprofundar as análises sobre a forma com que os grupos utilizam as ferramentas tecnológicas e identificar alterações na narrativa desses grupos.

O “casamento” do ultraneoliberalismo com o ultraconservadorismo é estratégico, pois este fornece a ideologia da guerra entre “bem e mal”, reavivando um discurso religioso bélico que vem forjando a subjetividade de grande parte da classe trabalhadora para a adesão ativa à agenda ultraneoliberal, com uso, inclusive, da violência contra os que se opõem.

Adicionalmente, os ultraconservadores têm conseguido liberar os entraves institucionais enfrentados para a implementação da agenda neoliberal desde a década de 1990. Ao instalarem o “caos administrativo”, inviabilizam a execução de políticas sociais e abrem os caminhos para a financeirização não só na educação, mas também na saúde e previdência.

O uso da retórica do ódio e da guerra cultural auxiliam a deslegitimação das lutas sindicais, a desmoralização dos servidores e a desacreditação das instituições científicas.

Particularmente, os ataques às universidades públicas provocam danos irreversíveis, pois impactam na formação de gerações de trabalhadores, na produção científica destinada ao enfrentamento dos problemas nacionais e na promoção e consolidação dos direitos humanos. Portanto, a defesa da universidade pública se coloca como tarefa primordial a ser assumida por aqueles que nutrem apreço à democracia.

Por fim, defendemos que a análise do “casamento” entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo e a sua materialização na retirada dos direitos dos trabalhadores é estratégica para os movimentos classistas e demais movimentos sociais defensores da democracia.

## Referências

ANDES. **Dossiê: Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais de Ensino**. Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **Em pauta no Congresso Nacional**. Brasília, 2022.

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R.A.C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil, **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.23, n.3, p. 706-733, 2021.

ANDIFES; FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019.

BARBOSA, R. J. **Estagnação Desigual: Desemprego, Desalento, Informalidade e a Distribuição da Renda do Trabalho no Período Recente (2012-2019)**. Brasília: IPEA, 2019.

BEHRING, E. **Fundo público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BIRDSALL, N.; PINCKNEY, T.; SABOT, R. **Natural Resources, Human Capital and Growth**. Carnegie Endowment. Global Policy Program. Working Papers, n.9, 2000.

BLYTH, M. **Austeridade: A história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

COLOMBO, L.R. **A Frente Liberal-Ultraconservadora no Brasil**: Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido. 2018. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – UFRRJ. Seropédica.

DIEESE. Escritório Regional do Distrito Federal – ERDF. **Análise das condições salariais da carreira do Magistério Superior Federal**. ADUnB (DF), 2022.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. Prefácio na tragédia da pandemia. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M. (Orgs.) **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FRIEDMAN, M. **There's No Such Thing as a Free Lunch**. Open Court Publishing Company, 1975.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se**: ataque a autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Paulo: Diagrama Editorial, 2020.

GOOGLE. **Google trends**: understanding the data. Google, 2021.

HARVEY, D. **A vida sob a ditadura dos bancos**. Entrevista concedida ao Tutameia, compilada por Eleonora de Lucena, Leda Paulani e Rodolfo Lucena. Outras Mídias, 04 de setembro de 2018. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/david-harvey-a-vida-sob-a-ditadura-dos-bancos/>

INEP. **Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

LAMOSAS, R. As Frentes de Ação Da Classe Dominante Na Educação: Entre O Todos Pela Educação e a Ideologia Escola Sem Partido. In: LAMOSAS, R. (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

LEHER, R. Apresentação: Compreender o que fazem os Setores Dominantes quando dominam para Construir Alternativas para a Educação Pública, Laica e Unitária. In: LAMOSAS, R. (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020.

LEHER, R. Estado, Reforma Administrativa e Mercantilização da Educação e das Políticas Sociais. **Revista Germinal**, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021a.

LEHER, R. Universidade Pública Federal Brasileira: Future-Se e “Guerra Cultural” Como Expressões da Autocracia Burguesa. **Educação e Sociedade**, v. 42, 2021b.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital**: livro I capítulo VI (inédito). 1. ed. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

PENNA, F. Entrevista com Fernando Penna, **Revista Movimento**, n.3, 2015.

PEDRETTI, L. **Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura**: Documentos inéditos indicam que, mesmo com veto de José Sarney, os ideais do Orvil foram divulgados dentro das instituições militares e reverberam no discurso bolsonarista. Agência Pública, 30 de agosto de 2021.

POULANTZAS, N. O Estado e o poder e nós. In: BALIBAR, E. et al. (Orgs.). **O Estado em discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981.

PINTO, C.R.J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 100, pp. 119-153, 2017.

PINTO, E; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março, 2014.

ROCHA, J.C.C. **Guerra Cultural e Retórica do ódio**: Crônicas de um Brasil Pós-Político. Goiânia: Caminhos, 2021.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A.L.M.; ARANTES, F.; DWECK, E. Austeridade Fiscal e o Financiamento da Educação no Brasil. **Educação e Sociedade**, v.40, 2019.

SCHOLARS AT RISK. **Free to Think 2019**: Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project, 2019.

\_\_\_\_\_. **Free to Think 2021**: Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project, 2021.

SIERRA, V.M.; VELOSO, R.S.; ZACARIAS, E.C.P. Neoconservadorismo, Estado e Vigilância. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M. (Orgs.) **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, A.M da. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente**: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: CRV, 2020.

THUSWOHL, M. Servidores denunciam o descarte de documentos sobre a ditadura. **Carta Capital**, 04 de março de 2022.

WORLD BANK. **A Fair Adjustment**: Efficiency and Equity of Public Spending in Brazil. Brazil: Public Expenditure Review. vol.1, novembro, 2017.